

Brizola e os comunistas: os Comandos Nacionalistas na conjuntura do golpe civil-militar de 1964.

*Brizola and the Communists: the Nationalist Commands in the
conjuncture of the civil-military coup of 1964.*

Carla Brandalise*

Marluza Marques Harres**

RESUMO



Em meio à radicalização e polarização que se configurava no início da década de 1960 no Brasil, várias estratégias foram elaboradas pelas diversas correntes políticas da época. Nessa conjuntura, este artigo pretende circunscrever as divergências de concepção e ação entre Leonel de Moura Brizola e seus aliados na contraposição aos vinculados a Luiz Carlos Prestes no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Como foco à arregimentação promovida por Brizola de um movimento político intitulado Comandos Nacionalistas, também nomeados Grupos de Onze Companheiros.

Palavras-chave: Leonel de Moura Brizola. Luiz Carlos Prestes. PTB. PCB. Grupos de Onze Companheiros.

* Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992) e doutorado em História Política pelo Institut d'Études Politiques de Paris - Cycle Supérieur d'Histoire du 20ème Siècle (2003). Atualmente é professora associada de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em História na mesma instituição.

** Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1983). Mestrado (1992) e doutorado em História (2002) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Atualmente é professora titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

ABSTRACT



Amid the radicalization and polarization that configured the beginning of the decade of 1960 in Brazil, several strategies were made by the various political tendencies of the time. In this context, this article intends to circumscribing the differences of conception and action between Leonel de Moura Brizola and his allies in contraposition to the people linked to Luiz Carlos Prestes in the Brazilian Communist Party. This article focus on the regimentation promoted by Brizola of a political movement entitled “Nationalist Commands”, also known as “Groups of Eleven Companions”.

Keywords: Leonel de Moura Brizola. Luiz Carlos Prestes. Brazilian Labour Party. Brazilian Communist Party. Groups of Eleven Companions.

1.

Às vésperas do golpe civil-militar de 1964, o então deputado federal pelo estado da Guanabara, Leonel de Moura Brizola, liderou a organização de um movimento de arregimentação política intitulado os Comandos Nacionalistas, também denominados os Grupos de Onze Companheiros. A virulência contra tal estratégia de intervenção, em uma conjuntura de radicalização como a da época, não provinha apenas dos setores conservadores da sociedade¹, mas também da esquerda do espectro político, a exemplo da ala ligada a Luiz Carlos Prestes do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Este artigo pretende justamente analisar as divergências de compreensão e de opções de ação na conjuntura histórica específica daquele momento entre Brizola² e prestistas, à luz da movimentação de Brizola na formação dos Comandos Nacionalistas.

¹ Entre esses, parlamentares ligados à União Democrática Nacional (UDN) e ao Partido Social Democrata (PSD); a grande imprensa de oposição; parcela dominante da Igreja Católica; e também altas patentes das Forças Armadas.

² Entre outros, e naquele momento específico, gravitavam diretamente em torno de Leonel de Moura Brizola na fundação dos Grupos de Onze (G11): Antônio de Pádua Ferreira da Silva (Presidente nacional dos G11), Cibilis Viana (membro do Comitê Executivo Nacional dos G11); Ney Ortiz Borges (deputado federal pelo PTB-RS. Líder da Banca da PTB na Câmara); Lélío Carvalho (membro do Comitê Executivo Nacional dos G11); Hélio Fontoura (secretário pessoal de Brizola). Ainda, segundo o na época deputado federal maranhense pelo PSP e líder da Frente Parlamentar Nacionalista, Neiva Moreira (1989,168), “além de Brizola, participavam da direção do movimento Almino Affonso, o almirante [Cândido] Aragão, Cibilis Viana, Herbert de Souza, da Ação Popular.” Almino Affonso, porém, jamais confirmou esta participação central. Nesta mesma ocasião, Brizola liderava, em prol do programa das Reformas de Base, a Frente de Mobilização Popular (FMP), por ele articulada em inícios

Ao tornar-se conhecido no país em função de medidas e atuações durante o seu governo no estado do Rio Grande do Sul entre 1959 e 1963, como as encampações de multinacionais do setor elétrico e de comunicações, as realizações no plano da reforma agrária e no âmbito educacional, bem como e, sobretudo, pela Campanha da Legalidade³ ocorrida no ano de 1961, Brizola acaba por eleger-se deputado à Câmara Federal pelo estado da Guanabara no pleito de 1962. Obteve a maior votação já ocorrida no país para tal cargo, 296 mil votos.⁴

As circunstâncias ou estratégias que envolveram o lançamento de sua candidatura na Guanabara não ficaram bem esclarecidas, segundo Moniz Bandeira (1979, p.87), a mesma teria sido articulada por militantes do PTB carioca, liderados pelo Secretário da Comissão Executiva José Gomes Talarico. A julgar pelo depoimento desse último, Talarico viera ao Rio Grande do Sul efetuar o convite ao governador, mas tivera que convencê-lo, com a promessa de amplo apoio regional de sua seção partidária, pois Brizola fora convidado igualmente pelo PTB do Paraná, onde havia “a predominância da colônia gaúcha, e lhe garantiam cem mil votos”.⁵

de 1963, a qual aderiram, segundo Ferreira (2004, 189), “os estudantes, com a UNE; os operários urbanos, com o CGT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, o Pacto de Unidade e Ação e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais por meio de suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos de esquerda revolucionária como a AP, a POLOP, o POR-T e segmentos de extrema-esquerda do PCB, bem como políticos do Grupo Compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista.” No entanto, não existem estudos sistemáticos que avaliem o grau de recepção ou mesmo rejeição nessas instâncias dos Grupos de Onze, entre outros motivos porque restaram muito poucas fontes documentais sobre o mesmos.

³ A ‘Campanha da Legalidade’ fora um movimento sócio-político ocorrido no Rio Grande do Sul, entre agosto e setembro de 1961, liderado pelo então governador desse estado, Leonel de Moura Brizola, com a pretensão de assegurar a posse de João Goulart à presidência da República, vacante com a renúncia de Jânio Quadros. O movimento acarretou em um enorme e voluntarioso levante popular abrangendo a capital e o interior, incluindo ações auto coordenadas a partir da própria sociedade civil. Ver, entre outros: SILVEIRA, Norberto (1991); MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda (2001); LABAKI, Almir (1986); FERREIRA, Jorge (2005); FELIZARDO, Joaquim (2003). De fato, Brizola não se furtava em fazer referências constantes ao episódio da Legalidade, como aparece em seu discurso no Comício da Central do Brasil, em 1964: “Povo e governo, num país como o nosso, devem formar uma unidade. Unidade esta que já existiu em agosto de 1961, quando o povo praticamente de fuzil na mão, repeliu o golpismo que nos ameaçava e garantiu os nossos direitos.” (BRIZOLA, 1964)

⁴ Tratava-se da segunda eleição de Brizola à Câmara Federal. Para a legislatura de 1955-1958, fora eleito pelo PTB do Rio Grande do Sul com 103 mil votos, 12,29% da votação gaúcha, sua votação correspondeu a quase o dobro do segundo colocado, Fernando Ferrari, também do PTB. Nessa breve deputação, logo na posse, Brizola inicia sua virulenta polêmica com Carlos Lacerda. Já em janeiro de 1956, Brizola se desincompatibiliza desse mandato, pois fora eleito à prefeitura de Porto Alegre. (LEITE FILHO, 2008, p.211-220)

⁵ No depoimento, Talarico (1982, p. 114) chama a atenção para a eloquência de Brizola e sua associação com os temas candentes da época durante a campanha eleitoral: “Ele enfocou, dentro dos princípios que defendia, dentro de princípios nacionalistas, a usurpação das empresas estrangeiras no Brasil, a exploração que o Brasil sofria. Aquelas suas palestras na Mayrink Veiga a respeito desses aspectos todos, tudo isso motivou muito o eleitorado.” Em relação ao eleitorado carioca em 1962, (Motta, 2001, p.5) coloca, “na Guanabara, renascia com vigor o tradicional embate entre a UDN de Lacerda, e o PTB, não de Vargas, mas daquele que se considerava o seu verdadeiro herdeiro: Leonel Brizola. Menos do que indicação de representantes no Congresso Nacional, o que mobilizou o eleitorado carioca foi a disputa entre os dois políticos que então polarizavam o cenário nacional

A vinda de Brizola faria parte de uma estratégia do PTB da Guanabara para fortalecer-se frente a UDN e a Carlos Lacerda, o qual teria reais condições, em no futuro próximo, de se lançar à presidência da República. (Talarico, 1982, p.112). Ao mesmo tempo, para Brizola, uma candidatura fora do seu estado natal permitiria a sua continuidade enquanto governador, sem precisar se desincompatibilizar desse cargo, algo passível na legislação da época.

Tornou-se corrente na historiografia a afirmação, mesmo sem maiores subsídios documentais, que Brizola vira na oportunidade de concorrer a deputação federal em outro colégio eleitoral de relevo, tal qual o do Rio de Janeiro, uma via de aumentar seu escopo eleitoral e sua influência nos acontecimentos nacionais a ponto de se credenciar, em algum momento, à Presidência do Brasil. Esse fato tornou-se argumento tanto de seus detratores, ao vê-lo como um calculista oportunista, quanto de seus apoiadores, ao concebê-lo como um homem de providência quanto aos seus ideais. De qualquer maneira, seus correligionários do estado sulino, ao menos em suas memórias atuais, não têm dúvidas de que Brizola intencionava ao cargo máximo da nação. Um exemplo encontra-se no depoimento do jornalista e trabalhista histórico, Carlos Henrique Esquivel Bastos, prestado em 2012:

Ele negava, [mas] o objetivo do Brizola era ser presidente da República. Ele achava que aqui no Rio Grande ele teria dificuldade (...) não sei se não queria ser também secretário-geral da ONU. A Legalidade projetou o Brizola nacionalmente. Acho, inclusive, que nas duas eleições do Brizola no Rio ainda havia a sementezinha da Legalidade. O carioca ficou muito envolvido com o Brizola.⁶

Uma vez no Congresso, consolida-se como liderança em meio aos parlamentares alinhados com a proposição das Reformas de Base,⁷ com o que aprofunda o seu perfil discursivo radicalizado em torno de um nacionalismo reformista anti-imperialista,⁸ em especial contra os Estados Unidos da América, sem deixar de rechaçar também a URSS:

(...) pode-se afirmar que o embate eleitoral de 1962 potencializou os tradicionais componentes do campo político carioca: a nacionalização, a polarização e a personalização.”

⁶ Depoimento Carlos Henrique Esquivel Bastos, concedido a Carla Brandalise e Marluza Marques Harres em 10 de agosto de 2012.

⁷ As Reformas de Base versavam sobre modificações profundas na área agrária, urbana, tributária, eleitoral, bancária, universitária, do estatuto do capital estrangeiro, enfim, uma defesa acirrada da reformulação essencial no âmbito das instituições sócio-políticas-institucionais do estado brasileiro. REIS FILHO, Daniel (2013, p. 329-330)

⁸ Como coloca Gláucio Soares (2001, p.201), “dentro do PTB no fim da década de 1950 e início da de 1960, fortaleceu-se(...)o nacionalismo e o anti-imperialismo. Internamente, firmaram-se posições reformistas, redistributivistas e socialistas.”

(...) o que me empolga é este chão, é este País. Comigo não formam interesses estrangeiros de quem quer que seja nem de americanos, nem de russos. Preocupo-me mais com os americanos porque eles é que estão nos liquidando. Os americanos é que nos estão sugando, fazendo a desgraça do nosso povo e do nosso País (...) Não é o povo americano, não. São as suas organizações econômicas internacionais que tem lá sua sede e que estão, inclusive, tendo a cobertura oficial do Estado americano. Contra tudo isto é que me volto. (BRIZOLA, 1979, p.200)

Reafirma seu caráter reformista ao defender a estrita legalidade dos atos cometidos durante a sua gestão no governo do estado do Rio Grande do Sul, a exemplo da encampação da Companhia Elétrica Rio-Grandense (CEERG), subsidiária da multinacional Bond and Share (empresa da American & Foreign Power – Amforp), em maio de 1959.

Os atos do governo gaúcho foram acolhidos pelo poder judiciário, não realizamos nenhuma violência, agimos de acordo com a lei, de acordo com a nossa ordem jurídica, defendemos os interesses do povo brasileiro, aqueles direitos consagrados na ordem jurídica (...) É claro que as ações do nosso governo, especialmente as encampações, não agradaram aos nossos espoliadores, não agradaram também a muitos setores das classes dirigentes e privilegiadas deste país, que acusaram o governo de ter feito um confisco.” (BRIZOLA, 197, p.219)

Suas divergências, porém, com o governo Goulart aumentavam e o afastam do executivo federal. A reivindicação pela rapidez na implementação das reformas, bem como a verve de confronto de Brizola impunham a Goulart uma ruptura com os grupos conservadores representados pela UDN e PSD, algo que o Presidente ainda buscava evitar, em nome de uma cada vez mais inviável composição. (FIGUEIREDO,1993). O distanciamento se evidencia na recusa de Brizola em aceitar um cargo secundário no governo, o de Ministro de Obras Públicas. O ex-governador gaúcho almejava antes o Ministério da Fazenda, onde poderia forçar a implementação de suas concepções de política econômica e financeira. (MONIZ BANDEIRA, 1979, p.89).

Da mesma forma, Brizola multiplica suas declarações onde se diz decepcionado pelos rumos das discussões, e o que considera a inoperância, no Congresso Nacional⁹ e assume sua

⁹ O interesse diminuto pelo Congresso, a partir dessa discordância com seus pares do parlamento, aparece no número pouco significativo de discursos proferidos pelo mesmo, sendo ele um prolixo convicto: “Brizola proferiu apenas 16 discursos no plenário da Câmara dos Deputados: sete defendiam o encaminhamento pelo governo do projeto de reforma agrária, três sublinhavam a necessidade de organização dos trabalhos das comissões parlamentares dentro da câmara tendo em vista a agilização do programa de reformas políticas,

intenção de agir diretamente em meio à sociedade civil, com promoções populares extraparlamentares na exigência das reformas estruturais imediatas. Em discurso em abril de 1963, expõe:

Confesso-me muito decepcionado com o funcionamento do Congresso (...) afirmo que vou, a partir de hoje, alargar o meu campo de ação, que agora não se restringirá, como até aqui o foi, na minha insistência, aos apelos, às reclamações aqui dentro dessa Casa. Vou, Sr. Presidente, para o contato dessas multidões esquecidas da justiça social. Vou para o contato delas, vou relatar como está funcionando o Congresso (...) Porque estou convencido de que não sairá decisão alguma no Congresso, se o povo não se mobilizar nas ruas, por toda parte.¹⁰

Ao mesmo tempo, persiste na sua denúncia entre os antinômios classe dominante espoliadora, senhora do Congresso, e o 'povo', os despossuídos, os oprimidos, categoria cujos interesses de exercício pleno de cidadania, em seu âmbito político, econômico e social, estariam longe de serem contemplados pelos privilegiados. Daí a urgência do ativismo popular, fora das instâncias institucionais, com vista à profunda transformação gestonária do Estado:

Não há como negar que há uma correlação entre a maioria da Câmara e do Senado com as classes dominantes e privilegiadas. De modo, Sr. Presidente, que dada a contradição de interesses as classes privilegiadas e dominantes deste país e o nosso povo – porque as classes privilegiadas estão engajadas na espoliação econômica como sócias desse processo – será muito difícil, quase um milagre, como vi, como observei, que daqui saiam decisões autênticas. Iremos para esta mobilização, porque se mobilizarmos o nosso povo, teremos essas decisões. (BRIZOLA, 2004, p.524)

O clamor ao povo a se contrapor organizadamente às elites economicamente dominantes torna-se uma constante em sua retórica.¹¹ Talvez Brizola pensasse em reproduzir em escala

quatro denunciavam ações antinacionalistas subliminares à compra pelo governo federal de empresas concessionárias de serviços públicos, e dois denunciavam uma articulação da empresa jornalística Diários Associados com o Banco do Brasil, envolvendo de um lado sucessivas concessões de crédito e, de outro, total, inadimplência." (FERREIRA MORAES, 2008, p.31)

¹⁰BRIZOLA (2004, p. 524).

¹¹ Como em seu discurso no Comício da Central do Brasil, onde se expressará, mais uma vez, nos mesmos termos: "O povo está exigindo uma saída. Mas o povo olha para um dos poderes da República, que é o Congresso Nacional, e ele diz NÃO, porque é um poder controlado por uma maioria de latifundiários, reacionários,

nacional o tão bem sucedido levante popular que ocorrera no Rio Grande do Sul por ocasião da Campanha da Legalidade, só que, desta vez, dirigido desde o princípio por ele, com princípios de ação estritamente orquestrados e canalizados.¹² Em inícios de 1964, Brizola deliberava em editorial do periódico Panfleto,¹³ que “o ‘povo’ manifesta seu inconformismo com protestos de rua, greves, luta pela terra e defesa das bandeiras nacionalistas.” Alertando que esse ‘povo’ deveria estar sempre de prontidão para o ‘anti-povo’ , “uma minoria de brasileiros egoístas e vendilhões de sua Pátria, minoria poderosa e dominante sobre a vida nacional – desde o latifúndio, a economia e a finança, a grande imprensa, os controles da política, até aos negócios internacionais.” Para tanto lança a solução,

a organização do nosso povo, eis a tarefa imprescindível, nesse momento. Povo desunido, povo desorganizado é povo submetido, sem condições de defender seus interesses e de realizar seu próprio destino. Se conseguirmos estruturar uma organização razoável estarão criadas as condições para que o nosso povo venha a assumir uma posição não apenas de defesa de suas liberdades mas, também, para caminhar para si mesmo, em sua própria libertação.¹⁴

Com tal mote, em fins de 1963, Brizola lançara o chamado dos Grupos de Onze Companheiros fundamentalmente via a rádio Mayrink Veiga, com a Rede do Esclarecimento¹⁵, mas também propagando o movimento através de ‘Panfleto’¹⁶. Conclamava ao ‘povo’ ,

privilegiados e de ibadianos. É um Congresso que não dará nada mais ao povo brasileiro. O atual Congresso não mais se identifica com as aspirações do nosso povo.” BRIZOLA (1964).

¹² Ferreira (2008, p. 114), interpretando os editoriais de Brizola em ‘Panfleto’ quanto às influências da ‘Legalidade’ e do ‘Plebiscito’ nas estratégias de ação posteriores de Brizola, acredita que o líder petebista conceberia a realidade da seguinte forma: “os sucessos alcançados com a Campanha da Legalidade e com o plebiscito poderiam ser novamente realizados. Nas duas situações, a sociedade brasileira acompanhou os chamados dos líderes e organizações populares e de esquerda. Portanto, era possível mobilizar outra vez o povo pela aprovação das reformas de base e pela instauração de um governo popular e nacionalista, como ocorrera nas vezes anteriores.”

¹³ Panfleto. RJ, 17 de fevereiro de 1964, p. 14-15.

¹⁴ Id. Ibid.

¹⁵ Segundo Leite Filho (2008, p.251-252) Brizola começara na rádio “com um programa todas as sextas-feiras (...) falava durante horas seguidas, entrando pela madrugada, já que seu programa começava por volta das 12h30 (...) sua voz chegava às localidades mais recônditas do país. A fala de Brizola batia todos os recordes. Logo outras emissoras de diversos Estados se filiaram à Mayrink Veiga, formando a Rede do Esclarecimento.”

¹⁶ O “Panfleto” , cujo subtítulo era “o jornal do homem das ruas” , circulou entre 17 de fevereiro a 30 de março de 1964 do mesmo ano, produzindo apenas 7 números. Seu primeiro editorial (17/02/ 64, p.01) assim o definia: “PANFLETO é um jornal definido. Apoiar as forças populares e aspira ser amparado por elas. Reconhece a legitimidade e o papel histórico do movimento sindical, do movimento camponês, do movimento estudantil e movimento intelectual brasileiro; identifica-se com a luta das correntes nacionalistas que, integradas nos diferentes partidos políticos, encontram expressão máxima na Frente Parlamentar Nacionalista; sua linha política

a aglutinar-se em onze pessoas a fim de polvilhar o Brasil, de norte a sul, dessas formações. Incitava a importância maciça de seu número em reprodução por todo o país. Nos poucos documentos que restaram, a exemplo do “Manual de Ação”¹⁷, não há referências ao uso de armas, instruções guerrilheiras ou fomento à violência explícita. Antes, as deliberações recaíam sobre a defesa da democracia, cuja verdadeira natureza recairia sobre a inclusão e o nacionalismo. A alegoria dos Grupos remetia a um time de futebol, onde se sedimentaria a comunhão em torno das pretendidas reformas estruturais. No momento de fundação de cada um desses grupos, era previsto a elaboração de um Ata, que deveria obedecer a um modelo padrão, onde ficariam registrados os nomes e endereços do comandante, do subcomandante e demais membros. Da mesma forma, os objetivos principais dos ‘comandos’ eram definidos:

(...) a atuação organizada em defesa das conquistas democráticas de nosso povo, pela instituição de uma democracia autêntica e nacionalista, pela imediata concretização das reformas, em especial das reformas agrárias e urbana e, sagrada determinação de luta pela liberação de nossa pátria da espoliação internacional.¹⁸

Por fim, o documento era enviado a Brizola, que lia os nomes desses adeptos no rádio, contabilizando publicamente e sem mediação o sucesso de sua arregimentação. Recurso que, por fim, facilitou a brutal perseguição política posteriormente efetuada pelo regime militar. Um dos primeiros atos desse último foi banir os Grupos de Onze.

Tornando-se assim uma arregimentação política cuja duração foi tão efêmera que não chega a consolidar uma efetiva organização, sua finalidade potencial acabou se perdendo em meio à dura repressão pós-golpe. A ambiguidade logo tomou conta das interpretações, declarações e testemunhos. Muito rapidamente, a maior parte dos aderentes, militantes, lideranças e o próprio Brizola trataram de negar peremptoriamente qualquer relação dos Grupos com luta armada organizada. Identificavam-no a grupos de pressão para acelerar mudanças estruturais necessárias ao bem da sociedade; com uma ação voltada à discussão

será norteadada pela posição das forças de vanguarda, hoje unidas na Frente de Mobilização Popular.” Em panfleto, Brizola expunha suas ideias, em geral, na redação de editoriais. Sobre o Panfleto, ver: FERREIRA, Jorge (2008) e (2010); SZATKOSKI, Elenice (2008).

¹⁷ O ‘Manual de Ação’ servia enquanto guia geral a todos os que se ligassem ao movimento e fora assinada por Brizola em 29 de novembro de 1963. Ver BRIZOLA (1963).

¹⁸ “Modelo de Ata de Adesão” . Arquivo CD-AIB/PRP. (Porto Alegre).

política, a conscientização social, a reivindicação de direitos básicos. Uma onda maciça presente nas ruas para demonstrar a ‘vontade do povo’ .¹⁹

Sabe-se, no entanto, que o discurso da ‘violência’ não era de modo algum alheio a Brizola, em especial às vésperas do golpe, mas, em geral, empregava-o, ao menos em público, no sentido reativo, de ameaça, de resistência aos acontecimentos. Como em seu discurso na Central do Brasil, em 13 de março 1964:

Devemos, pois, organizar-nos para defendermos nossos direitos. Não aceitaremos qualquer golpe, venha ele de onde vier. O problema é de mais liberdade para o povo, pois quanto mais liberdade o povo tiver maior supremacia exercerá sobre as minorias dominantes e reacionárias que se associaram ao processo de espoliação de nosso país. O nosso caminho é pacífico, mas saberemos responder à violência com a violência. (BRIZOLA, 1964)

Em 23 de março de 1964, em ‘Panfleto’ clama pelos Grupos de Onze em tom de ameaça, mas sem explicitar violência, se não para remeter as ações golpistas que viriam dos conservadores. Expressa suas esperanças nessa arregimentação popular em que vinha apostando e se empenhando, ao acreditar que haveria sim a demonstração de ‘força do povo’ . Logo tudo se mostrará deletério, pois não haverá reação e nem levantamento das multidões:

É preciso que o povo brasileiro, neste momento, esteja atento e vigilante. É preciso que os democratas apressem a organização popular, pois só conscientes e organizados poderão conter a tentativa golpista prestes a se desencadear. Milhares e milhares de grupos de onze devem surgir por todos os recantos do país. Com esta vigilância e esta disposição de defesa da verdadeira democracia, impediremos que, através de um regime de força, tentem a solução (...) de transferir pela violência, pelo amordaçamento das massas, o ônus das distorções clamorosas da nossa estrutura social para as grandes e já espoliadas camadas da população [...] Neste momento em que nossas liberdades se encontram sob ameaça, devemos ter a coragem de defendê-las intransigentemente.²⁰

¹⁹ Para as múltiplas versões testemunhais a propósito da natureza dos Grupos de Onze remete-se aos artigos: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (2014, p.173-193); BRANDALISE, Carla. ; HARRES, Marluza Marques (2014, p. 67-86). Ainda sobre os Grupos de Onze no Rio Grande do Sul, ver: SZATKOSKI, Elenice (2003); BALDISSERA, Marli de Almeida (2005).

²⁰ BRIZOLA, Leonel. “Atenção, Brasileiros” . In: Panfleto, 23 de março de 1964, n.6, p. 3.

Assim, em relação aos Grupos de Onze, inúmeros observadores externos ao movimento, mas não só, não hesitavam em indicar a intenção guerrilheira, paramilitar e de uso da violência explícita para caracterizar a iniciativa brizolista. Entre esses estavam representantes da direção do PCB, em sua condenação justamente a tal caráter belicista, considerado não adequado àquele momento histórico. Quais eram, enfim, os antagonismos e as perspectivas do PCB que o distanciava de Brizola, ao menos nesse pré-1964?

2.

Evidenciando as significativas dissonâncias quanto à interpretação e as formas de intervenção no momento histórico do pré-1964, críticas contundentes às ambições de Brizola surgem nas memórias do secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Luiz Carlos Prestes, entre elas os assim concebidos como formações armadas, os Grupos de Onze. Prestes admoesta o que via como excessos de Brizola, em sua oposição a Jango, sendo uma figura excessivamente radical. Em entrevista concedida já nos anos de 1980, a o comunista declara:

O Brizola estava lutando pelo Ministério da Fazenda, contra o Jango. Tinha uma posição aberta contra o Jango. E tinha mobilizado os “grupos dos onze” , para a luta armada. A posição de Brizola neste sentido era radical. Considerava-o exagerado. A luta armada, não havia condições para isso. Ora, o governo de Jango assegurava a democracia, a liberdade. (PRESTES, 2011, p.263)

Prestes, desde o princípio, não acreditara na eficácia dos Grupos de Onze, “subestimava este movimento, pois achava que não tinha força, nem condições para fazer o que pretendia” . O líder mostrava-se avesso a armar a população civil, mesmo que, na conjuntura do pré-golpe, observasse a necessidade de apoio no corpo militar. Nessa esfera lamentava a concorrência que o PCB sofria de Brizola em relação à inserção nos movimentos sociais e de categorias. Era o caso dos sargentos do Exército, “em 1963, começamos a fazer um esforço neste sentido” , para formar um “braço militar(...)organizar os sargentos que estivessem conosco, que obedecessem à direção do partido. Muitos deles tinham sido membros do partido. Estávamos lutando para recuperar essa gente, mas a maioria ia para o Brizola, para os grupos dos onze.” (PRESTES, 2011, p.264) Quanto a reação armada, em outro depoimento, Prestes se detivera a explicar porque essa se apresentava como uma falsa opção de reação ao golpismo:

(...) percebi que quem assumisse a responsabilidade de levar a classe operária à luta armada cometeria um crime. Os generais queriam fazer no Brasil o mesmo que foi feito na Indonésia (...) um banho de sangue. Não estávamos preparados para o enfrentamento armado (...) nossa maior preocupação sempre foi evitar lançar o partido numa luta armada para a qual não estava preparado. Não é que fossemos contra a luta armada. A luta armada é uma forma de luta. E nós devemos estar preparados para todas as formas de luta. (PRESTES, 1997, p.214-215)

Prestes (2011, p.264) insiste que um grande erro de Brizola foi a sua “luta contra o Jango(...) o governo merecia o nosso apoio.” Cita o quanto o governador gaúcho prejudicara Jango em 1961, ao fim da Campanha da Legalidade, ao não apoiá-lo em sua estratégia de assumir o poder via a mudança de regime político, “Jango, que tinha cabeça política, teve que lutar contra Brizola, que não queria o parlamentarismo.” (PRESTES, 1997, p.208). Já o líder comunista apoiara a solução parlamentarista quando da aprovação dessa, pois considerava que a oficialidade seguiria a nova ordem constitucional, para após voltar-se, junto com Jango, à campanha pelo presidencialismo. Referindo-se ao plebiscito de 06 de janeiro de 1963, declarara “foram 11 milhões de votos, uma verdadeira reeleição de Jango. Nenhum presidente da República tinha recebido eleição tão expressiva.” (PRESTES, 1997, p.208)

Afirma, na contraposição, ter sido Arraes o principal aliado do PCB e reforça a ideia de que a disputa sucessória presidencial entre Brizola e Arraes contribuíra para o enfraquecimento das forças populares: “O Arraes tinha uma política mais sensata. E o Brizola, a política dos grupos dos onze e da luta armada contra o Jango. O Brizola não tinha nada na cabeça, naquela época. Ele só pensava em chegar ao poder, através do Ministério da Fazenda. Nós combatíamos aquela orientação falsa dele.” (PRESTES, 2011, p.266). De qualquer forma, Prestes não menosprezava o poder de Brizola, “reconhecíamos que ele tinha um papel importante. Pretendíamos um entendimento pessoal que o levasse a modificar alguma coisa, principalmente na posição contra o Jango.” (PRESTES, 2011, p.266)

Nesse sentido, e contemplando a ambiguidade sempre presente ao longo da história dos dois líderes, não deixara o comunista de focar os acertos passados de Brizola. É o que aparecera em artigo de setembro de 1959, publicado em seu livro “Porque os comunistas apoiam Lott e Jango” e editado em 1960, onde o governador gaúcho é retratado como um exemplo do avanço das forças nacionalistas e populares no país, em choque com “os grupos entreguistas e retrógrados que servem ao capital monopolista dos Estados Unidos.” Nas palavras de Prestes, “importantes conquistas parciais têm sido assinaladas pelas forças patrióticas. Além do êxito concreto que constitui a defesa do petróleo brasileiro contra as investidas dos trustes, um passo adiante acaba de ser dado com a encampação da CEERG, subsidiária da Bond and Share, pelo governo do Rio Grande do Sul, ato que representa profundo golpe no monopólio estrangeiro de energia elétrica.” (PRESTES, 1960, p.08) Da mesma forma, o envolvimento de Brizola na garantia da posse de Jango na Presidência em

1961 era reconhecido e apoiado pelos comunistas, “a Campanha da Legalidade, extraordinária mobilização cívica liderada, a partir do Rio Grande do Sul, pelo governador Leonel Brizola, assegurou a posse de Jango. Nela, os comunistas tiveram participação ativa...” (PRESTES, 1997, p.205)

Igualmente membro do PCB, Gregório Bezerra tinha uma leitura dos acontecimentos muito próxima a Prestes em relação às figuras de Goulart, Arraes e do ex-governador rio-grandense, “eu via a figura de Brizola num movimento mais explosivo, cuja atuação ainda não estava amadurecida para a época. E via Arraes mais moderado(...)via o Brizola, como gaúcho que ele é, a meu ver muito explosivo, muito estreito.” O comportamento de Brizola teria assim contribuído para enfraquecer o governo Jango e, em extremo, acelerado o processo golpista de 1964,

nós não éramos janguistas, mas tínhamos que aproveitar João Goulart no poder, com toda aquela compreensão humanística dele, querendo melhorar a situação da massa camponesa...Goulart tinha uma posição nitidamente nacionalista, e o imperialismo não via com bons olhos, tanto assim que fez sérias restrições. E o Brizola em cima, em cima, instigando cada vez mais. Como cunhado de João Goulart, divergia totalmente dele, com seu linguajar explosivo. E o fato é que contribuiu indiretamente para a precipitação do golpe militar de 64. (BEZERRA, 2011, p.234-235)

Na mesma linha, se pronunciou outro membro ativo do PCB, o carioca Hércules Corrêa, dirigente do Comando Geral dos Trabalhadores entre 1961 e 1964, deputado Constituinte, em 1962, do antigo estado da Guanabara eleito sob a legenda do PTB, ao julgar a improbidade de constituir grupos paramilitares naquela tensa situação política:

Num país em que a burguesia tem no Estado o seu verdadeiro partido e, dentro do Estado, as Forças Armadas são uma questão básica, você cria um grupo paramilitar de onze pessoas. O que você quer? Você está cutucando a onça com vara curta. Essa foi uma atitude manifestadamente irresponsável do Brizola. Querem criar uma força paramilitar onde há um Exército, uma Marinha e uma Aeronáutica com a tradição que têm no Brasil? Não podia dar boa coisa. (CORRÊA, 2011, p. 15)

Sua opinião sobre o líder dos Grupos de Onze era das mais refratárias, imputando responsabilidade a Brizola pelo advento da ruptura democrática,

o Brizola, naquela época como hoje, é um caudilho, um populista de esquerda entre aspas. Todo movimento caudilhesco e populista não tem

compromissos com a questão democrática. O problema dele não é tocar um processo político com a manifestação organizada de milhões de brasileiros. Ele quer fazer um processo político em que todos o acompanhem, o aplaudam – mas sem organização. Você não transforma a realidade brasileira sem organização, sem compromisso com a democracia. O Brizola contribuiu muito para o golpe de Estado por isso. Ele jogava de forma não responsável em determinados momentos.” (CORRÊA, 2011: 290)

Ainda no exílio e às vésperas de sua volta ao Brasil, Hércules Corrêa faz uma autocrítica onde julga ter colaborado na desestabilização do governo Goulart ao promover acirradas pressões e ações oposicionistas. Questiona o que considerou uma indevida e irrefletida radicalização que não teria passado de um elitismo de poucos no imediato pré-golpe. Atos impensados que teriam facilitado a derrocada final,

radicalização, em política, sempre houve e haverá. Mas só se justificou e justifica como uma ato de vontade e de estado de consciência das massas. Jamais de alguns indivíduos. Esse é o ensinamento que tivemos antes de 1964, e foi também a causa da derrota de 1964. Não que nós, comunistas, tenhamos sido os únicos responsáveis por aquela radicalização, mas porque fomos bastantes responsáveis, na medida em que dela participamos e a estimulamos.(CORRÊA, 1979)

Questiona igualmente a hostilidade irrefletida que o governo Goulart teria passado a sofrer na medida em que os extremismos se acentuavam, “tínhamos um Governo como o de João Goulart, com seus defeitos, suas debilidades, mas sempre um Governo que se esforçava para manter o funcionamento das liberdades democráticas no país. Em certo momento não demos muita importância a essas suas características, passamos a achá-lo um Governo de conciliação. E passamos a combatê-lo...” Outro erro de condução que Corrêa aponta diz respeito a uma questão cara ao PCB, a reforma agrária, “outro exemplo de radicalização. O nosso engajamento com a palavra de ordem de “reforma agrária na lei ou na marra” . Não havia força acumulada para esse tipo de palavra de ordem e muito menos para a ação que ela devia desencadear.” (CORRÊA, 1979).

Outro testemunho significativo das relações entre Brizola e membros comunistas aparece na obra do pecebista Jacob Gorender, *Combate das Trevas*, publicada em 1987.²¹ Quanto a

²¹Gorender (1987, p.21 e 28) tornou-se um duro crítico das posições e interpretações conjunturais que Luiz Carlos Prestes anunciara ao longo do tempo em que o mesmo atuara como Secretario Geral do PCB. Em relação a não compreensão de Prestes da iminente cassação do partido em fins dos anos 40, Gorender coloca “ainda na manhã de 7 de maio de 1947, dia do julgamento, Prestes estava seguro de que a sentença confirmaria o registro. À tarde, por três votos a dois, o PCB tinha o registro cassado(...) tão crasso erro de previsão não

possíveis reações ao golpe militar de 1964, o mesmo relata que, na época, depositara grande esperança em Brizola. Naquele momento, o militante comunista se encontrava em Goiás, onde presenciara a mudança de orientação do governador daquele estado, o coronel Mauro Borges. Esse último tinha sido o único governador brasileiro a apoiar ostensivamente as ações brizolistas na Campanha da Legalidade, pela posse presidencial de Goulart em agosto de 1961. Mobilizara a polícia civil, ao mesmo tempo em que abria um voluntariado em meio aos cidadãos em prol da resistência armada. No entanto, em 1964, Borges apoiara, em seus inícios, o golpe de estado promovido naquele ano.

Ainda em Goiás, Gorender (1987, p.13) soubera do deslocamento do chefe da nação ao Rio Grande do Sul e refletira,

o presidente Goulart saíra do Rio e se encontrava em Brasília. Dali decidi voar para Porto Alegre. Brizola estava na capital gaúcha e – quem sabe – podia-se repetir a resistência sulina de três anos antes (...) fui à sede do Diretório Central de Estudantes e a organizações populares. Fiz pequenos discursos e procurei levantar os ânimos. Já havia um começo visível de descrença e abatimento.

O pecebista descreve as iniciativas de Brizola enquanto governador do Rio Grande do Sul entre os anos 1958 e 1962 com admiração, “Brizola ganhou ressonância pelas ações concretas” . Para a questão agrária, por exemplo, “o seu governo promoveu a fundação do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), que organizou acampamentos de camponeses diante de glebas improdutivas e sustentou sua desapropriação pelo Estado.” Porém, não deixa de enquadrar o político gaúcho em uma categoria específica, a de líder da corrente que expressaria o “nacionalismo pequeno-burguês” . Tratava-se de uma orientação esquerdista dotada de grande poder, mas diferente de outras constituições de esquerda da época, dado a “ausência de perspectiva socialista, senão muito vaga, e de qualquer inspiração marxista.” A despeito dessa tendência, Brizola revelara seus méritos em função dos passos dados contra os interesses norte-americanos, “em fevereiro de 1962, o governo Brizola desapropriou sem indenização a companhia telefônica de Porto Alegre, subsidiária da ITT norte-americana” , bem como por sua intensa retórica contra as ambições imperialistas, “já em 1961, o então governador gaúcho se lançou a intensa pregação, em que o anti-imperialismo ultrapassou de longe a postura nacionalista setorial de políticos burgueses.” (GORENDER, 1987, p.39)

provocou reações críticas nas fileiras do PCB, tal a dimensão do prestígio do secretário-geral. No futuro, a repetição dos prognósticos calamitosos se revelou uma especialidade de Prestes.” Ou ainda, “Prestes é uma negação na arte da política, tanto quanto foi incapaz de empreender sequer um estudo marxista relevante sobre a sociedade brasileira.”

Gorender (1987, p.47) ainda chama a atenção para as características personalistas de Brizola e o quanto isto contribuía para desagregar uniões à esquerda. Reforça a ideia de que seu objetivo era eleger-se Presidente da República, o que o indispunha com Goulart.

Através da Rádio Mayrink Veiga, sua pregação atingiu todo o país e popularizou os temas da luta contra o imperialismo e pela reforma agrária. Tinha notável capacidade de comunicação e causava impacto nas aparições pessoais em comícios e conferências. Na frente nacionalista, exibia um estilo caudilhesco de liderança, desfavorável à ação unitária. Um dos seus princípios era o de não aceitar sequer entendimentos com os comunistas. Firmou-se na ambição de chegar à Presidência da República, o que agravou os atritos com o cunhado Jango.

Já na disputa pela adesão dos subalternos das Forças Armadas, ascensão mobilizadora que Gorender (1987, p.49) assinalou com positividade - “fazia-se notar a presença de novo elemento nas campanhas anti-imperialistas e populares” – o militante pecebista não deixa dúvidas de quem os arrebatava na competição entre as esquerdas, “os sargentos e marinheiros foram atraídos principalmente pelo nacionalismo belicoso de Brizola, com o qual estabeleceram relações estreitas.” O Partido Comunista passava ao largo desses setores sociais, com sua opção pela via pacífica, “o PCB aparecia como força pacifista de pequena aceitação.”

Em relação aos Grupos de Onze a leitura de Gorender se dá no sentido de identificá-los, sobretudo, como mais uma estratégia brizolista de chegar à Presidência da República, por onde devia desestabilizar seu cunhado, Goulart, forçando sua nomeação à pasta da Fazenda. Para tanto Brizola descartara a proposição de uma Frente Ampla, negociada por San Tiago Dantas, com vistas a agilizar as Reformas de Base através de uma aliança entre a Frente Parlamentar Nacionalista e o PSD. O argumento era de que, em hipótese alguma, uma aproximação com o PSD seria possível. Da mesma forma, para Gorender (1987, p.58) os Grupos de Onze eram disfarçadas formações armadas para dar poder a Brizola no cenário político da época.

Brizola(...)repeliu a Frente Ampla, sob o argumento de que os nacionalistas não podiam compor-se com o PSD. Subjacente, havia outro motivo: ambicionava a Presidência da República e percebia que Jango lhe cortava o caminho. Brizola apelou para a organização dos Grupos dos Onze – veladamente, grupos de ação armada – e desfechou uma campanha para ocupar a pasta da Fazenda.

3.

Esses antagonismos entre as propostas do grupo brizolista e os líderes do PCB refletem em muito às mudanças de orientação que os comunistas imprimiram ao partido, em especial, a partir da metade da década de 1950.²² Propostas de guerrilha e de grupos envolvendo civis armados, conforme a interpretação dada pelos comunistas aos Comandos Nacionalistas de Brizola, causavam estranheza e desconfianças à cúpula do PCB. Consideravam que facilmente esses agrupamentos poderiam desandar em descontrole. As práticas de enfretamento direto haviam sofrido revisões enquanto melhor via para se chegar aos fins e são manifestas, por exemplo, através do apoio às candidaturas de Juscelino Kubitschek e de João Goulart para a presidência e vice-presidência da República nas eleições de 1955.²³

Anteriormente, no Manifesto de Agosto de 1950, uma reafirmação do Manifesto de Janeiro de 1948,²⁴ a linha do partido ainda voltava-se à defesa da luta armada, via a organização de um “Exército Popular de Libertação Nacional”, com objetivo de instalar um governo democrático e popular dirigido pelo proletariado e voltado à promoção da revolução agrária e anti-imperialista. (SEGATTO, 2008, p. 225). Pregava-se, para tanto, o voto em branco nas eleições que acabaram por reconduzir Getúlio Vargas à Presidência. A orientação de 1950 refletia um aguçamento internacional da Guerra Fria, onde houvera uma maior aproximação entre o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e os partidos comunistas da América Latina, com a adoção de um discurso revolucionário. Logo, os comunistas mantiveram-se em acirrada oposição durante quase todo o segundo governo Vargas.

²² Como coloca Daniel Aarão Reis Filho (1989, p.23-24-25), “o recurso à força cedeu espaço às lutas eleitorais, à valorização das instituições políticas existentes, ao caminho pacífico para as transformações da sociedade brasileira(...).não se excluía formalmente o recurso à violência, mas a hipótese foi considerada tão remota que não mereceu mais do que um parágrafo da Declaração de Março [de 1958]. O pudor em considerá-la era tão manifesto que os comunistas se limitaram a referir-la como ‘solução não pacífica’”.

²³ Segundo Prestes, naquele momento, levando-se em consideração as bandeiras nacionalistas e as opções disponíveis, Kubitschek, apesar de longe de ser ideal, aparecia como o candidato mais viável.

“O sr. Juscelino Kubitschek foi, desde as suas origens, um candidato tipicamente pessedista, apoiado desde o início por setores dos mais retrógrados da cúpula do PSD, inclusive por elementos vinculados a interesses do imperialismo norte-americano. Apesar disso, na conjuntura existente em 1955, o sr. Juscelino Kubitschek recebeu o apoio também das mais importantes correntes nacionalistas e populares, entre as quais os comunistas, que viam naquela candidatura a melhor possibilidade existente para unir as forças patrióticas e antigolpistas interessadas em barrar o caminho dos setores entreguistas, então aglutinadas em torno do sr. Juarez Távola.” PRESTES, Luiz Carlos (1960, p. 25)

²⁴ Neste ‘Manifesto’ aparece o processo de radicalização do Partido em suas críticas ao Governo Dutra, acusado de submissão aos interesses norte-americanos, ao mesmo tempo em que demonstra antagonismo ao sistema partidário, classificado como manifestação das classes dominantes, entre eles o PTB e o PSB. Como solução pregava a mobilização das massas para a derrubada do governo Dutra. TEIXEIRA DA SILVA, Fernando e SANTANA, Marco Aurélio (2007, p.116)

Já em 1952 houvera críticas nessas posições consideradas excessivamente sectárias, sobretudo pelos militantes com maior ligação aos sindicatos e pelos que questionavam a radical oposição a Vargas. Praticamente afastado das ações em sindicatos legalizados, o partido diminuía cada vez mais o seu número de adeptos. Em 1947 ainda possuía 200 mil filados, após 1950 eram apenas 20 mil, resultado pífio também decorrente do período repressivo. Neste ínterim, começa a surgir uma vinculação entre alguns grupos de comunistas e de trabalhistas, com a retomada de ações sindicais, como por exemplo, a participação na 'greve dos 300 mil' em São Paulo, no ano de 1953.²⁵ Os próprios trabalhistas, como vimos, passavam por uma inflexão, que facilitará a aproximação.²⁶

O resultado dessa greve foi positivo para o operariado e acarretou na ascensão de João Goulart ao Ministério do Trabalho, que propôs, com a concordância de Vargas, o aumento do salário mínimo. Parte dos comunistas se dedica agora com afinco às organizações sindicais, assumindo a direção das principais associações de trabalhadores, ainda que na ilegalidade partidária, e se voltam a alianças com setores nacionalistas e reformistas do PTB.²⁷ O suicídio de Vargas em 1954, visto como resultado do golpismo norte-americano e das forças conservadoras do país associadas a Café Filho, só reforça esta aproximação. O PCB se diz disposto a aliar-se com as camadas políticas contrárias ao 'entreguismo' e a favor das práticas democráticas e da legalidade constitucional. Daí o apoio às candidaturas de Kubitschek e Goulart em 1955. O ambiente democrático com desenvolvimento capitalista em que se desenrolaram os governos presidenciais entre os anos de 1956 a 1961 também contribuíram para amenizar o discurso insurrecional do PCB, ao levá-los à aceitabilidade de uma ordem legal.

Por sua vez, o impacto do XX Congresso dos PCUS, em fevereiro de 1956, provocou primeiro uma paralisia e depois um acirramento das discussões internas no PCB. Nikita Khrushchov procedera a uma série de acusações sobre o período stalinista e defendera a

²⁵ Sobre as interações entre PCB e PTB no período, Daniel Aarão Reis Filho (2001, p.374) frisa que as duas agremiações "se impregnaram todo o período, ora competindo entre si, ora compondo alianças", movimento facilitado pelas afinidades em torno das concepções nacional-estatista.

²⁶ Inflexão à esquerda do PTB já bem identificada por Edgard Carone (1981, p.XVIII), "esta vai surgir com a crise social e política dos fins do governo Getúlio Vargas, principalmente após seu suicídio. A aparição de novas lideranças, não comprometidas com a ditadura do Estado Novo, leva o partido a um novo dinamismo e participação mais rica, identificando-o, em grande parte, com as reivindicações e organizações esquerdistas: os Almino Afonso, Miguel Arraes, Leonel Brizola e Neiva Moreira lideram esta nova linha radical."

²⁷ Aproximação salutar e profícua, segundo o militante Jacob Gorender (1987, p.24) relata em suas memórias, "na prática cotidiana, os comunistas firmavam contatos e alianças com os operários reformistas, principalmente os getulistas adeptos do PTB. A aliança dos comunistas com a ala esquerda dos trabalhistas frutificou numa vitória importante em 1961(...)a diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) foi conquistada..."

transição pacífica para o socialismo. Segundo o intelectual e militante Leandro Konder (1980, p.98),

o estouro da ‘bomba’ deixou os comunistas brasileiros numa perplexidade ainda maior que a generalidade dos comunistas de outros países: durante sete meses, o PCB se manteve num aturdido e obstinado silêncio. Numa época em que a autenticidade do texto ‘informe secreto’ de Khrushchov já era reconhecido pelos principais partidos comunistas ocidentais, os militantes do PCB ainda o consideravam uma falsificação do serviço secreto norte-americano.

Quando ocorre o inevitável debate sobre a questão, o PCB acaba por afastar inúmeros militantes que pregavam renovações na agremiação, entre eles, o capitão do exército e comandante do levante do Terceiro Regimento de Infantaria na Praia Vermelha, em novembro de 1935, Agildo Barata.

Porém, os ventos da mudança foram suficientes para determinar reorientações no partido, esboçadas na “Declaração sobre a política do PCB”, de março de 1958, com disposições ratificadas na resolução do V Congresso, ocorrido em agosto de 1960. “A direção do PCB se unia”, prossegue Konder (1980, p.104), “em torno do reconhecimento de que havia um processo objetivamente favorável à luta pela democracia vinculado ao próprio desenvolvimento do capitalismo.” Reconhecia, da mesma forma, a “necessidade da ação em frente única”, onde o partido aliar-se-ia a outras forças sociais com vista à promoção independente e progressista do país, contra o imperialismo norte-americano. Para tanto, o PCB não deveria fomentar modelos insurrecionais inviáveis, pois tais ações apenas desagregariam e isolariam as vanguardas revolucionárias. É estabelecido na Declaração de 1958 que os comunistas “tudo farão para alcançar os objetivos vitais do proletariado e do povo por um caminho que, sendo de luta árdua, de contradições e de choque, pode evitar o derramamento de sangue na insurreição armada ou na guerra civil.” (KONDER,1980, p.105). Mesmo com a convivência interna de alas mais radicais e mais moderadas, a questão democrática e a via pacífica passam a vigorar de forma central nas reflexões do partido, com uma nova concepção revolucionária que colocava ênfase na ação consciente das massas. A primeira etapa da Revolução poderia seguir a via pacífica, mesmo que certo espaço não intencional para ação armada aparecesse como pano de fundo. Nas palavras do militante Jacob Gorender (1987, p.30),

o bom caminho devia ser o caminho pacífico da revolução [que] se viabiliza pela nova situação internacional favorável ao socialismo e pela correlação de forças existentes no País. Sua concretização se daria na luta

em favor da ampliação das liberdades democráticas e das reformas estruturais. Para efeito ritual, fazíamos a ressalva de que, independente da nossa vontade, a reação poderia obrigar-nos a um caminho diferente-o da luta armada.

Prestes e seu grupo saem fortalecidos com as novas diretrizes e assumem, desta vez, o apoio ao marechal Teixeira Lott e Goulart no pleito eleitoral de 1960. Lott é apresentado por Prestes como uma “figura representativa do setor nacionalista do governo e um defensor da Constituição.” Seria ainda uma expressão das forças nacionalistas dentro do Exército, sendo “um partidário intransigente do monopólio estatal do petróleo” , além de defender “o voto para os analfabetos, declarar-se favorável a medidas de reforma agrária (...) e pronunciar-se pela limitação das remessas do capital estrangeiro.” (PRESTES, 1960, p.13) Por outro lado, o marechal não é isentado de críticas por Prestes, sendo uma candidatura que sofria pressões da coligação de governo, “articulada por setores radicais do nacionalismo, logo ficou sujeita às pressões do grupo reacionário da cúpula do PSD” , assim, ao lado de opiniões louváveis, Lott expressaria ideias inaceitáveis, “como a que se opõe às relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética.” (PRESTES, 1960, p.14)

A perspectiva era de que o PCB deveria apoiar o candidato mais factível à aprovação das Reformas de Base, as quais o partido assumira a defesa. Logo, atuaria de forma ativa na campanha eleitoral “para assegurar a vitória das forças nacionalistas e democráticas.” (PRESTES, p.14) Ao mesmo tempo, aumenta as esperanças de que o PCB pudesse ser legalizado, dado que, segundo Prestes, a cassação do partido teria sido “um dos resultados da ofensiva reacionária de 1947, refletindo o início, no plano internacional, da ‘guerra-fria’ . A situação é, hoje, nacional e internacionalmente, muito diversa. Existem condições as mais favoráveis para fazer cessar a vigência de medidas antidemocráticas...” (PRESTES, 1960, p.15). Na prática, o partido procura se reintegrar, através da luta pela legalização do partido, ao quadro político-partidário. Nas próximas eleições alguns de seus membros elegem-se deputados estaduais e federais, sob a legenda de outros partidos.²⁸

Por sua vez, a eleição de Jânio Quadro em 1961 à Presidência é vista pelos comunistas como um retrocesso. Luiz Carlos Prestes (1960, p.12-13) assim se referia a Quadros quando esse lançara a sua candidatura:

Jânio Quadros é o candidato ideal das forças entreguistas e reacionárias. Sua candidatura representa um perigo precisamente porque, pela primeira vez, essas forças encontram uma figura demagógica capaz de

²⁸Segundo Pandolfi (1995, p.187), “Os primeiros anos da década de 60 representam um dos mais importantes momentos na trajetória do PCB. Mesmo na ilegalidade, o partido adquiriu grande visibilidade e transformou-se num ator fundamental do jogo político-partidário. Sua expressão social extrapolou em muito sua capacidade orgânica.”

enganar os setores descontentes da população e mistificar uma parte das massas trabalhadoras e populares (...). Quadros tornou-se intérprete de grupos econômicos dos mais reacionários do país- os latifundiários, exportadores e banqueiros ligados ao comércio exterior, que constituem o cerne da oligarquia paulista vinculada ao imperialismo aliados a setores retrógrados de outras regiões do país.

No reverso, o PCB coloca-se ao lado da legalidade constitucional, com a defesa da posse presidencial de Goulart, realizada em setembro de 61. Prestes lança um Manifesto de apoio, intitulado *Jango na Presidência*, onde defende que “a única solução constitucional, democrática, de acatamento à vontade popular, é a passagem do governo às mãos do vice-presidente da República, sr. João Goulart. Este é o caminho através do qual poderão ser derrotadas as insidiosas manobras golpistas, ainda em curso.” (PRESTES, 1997, p.206)

As Reformas de Base, bem como a política de controle sobre o capital estrangeiro, a nacionalização e estatização de setores básicos da economia, extensão do direito de voto aos analfabetos e aos oficiais não-graduados das forças armadas são vistas pelo PCB como o melhor modo de cumprir a primeira etapa da revolução brasileira. Qual seja, a democrática e nacional, anti-imperialista e antifeudal, que se faria através de uma aliança com a burguesia nacional ‘progressista’, sob a hegemonia da classe operária, dirigida pela vanguarda do partido. Boa parte das propostas de governo de Goulart estavam em consonância ao ideário pecebista. Pode-se ilustrar a perspectiva do PCB em Jacob Gorender (1987, p.32), “a crise política da renúncia do Presidente e sua substituição por João Goulart abriram inesperadas perspectivas à aplicação da linha partidária. Finalmente, ocupava a presidência da República um político ao qual o PCB tinha acesso direto e que podia considerar aliado.” Logo, essa etapa poderia ser cumprida em colaboração como o regime vigente.(PANDOLFI, 1995, p.189)

Ainda em 1961, para frisar a busca de sua própria legalidade, muda sua nomenclatura, de Partido Comunista do Brasil, para Partido Comunista Brasileiro. Atitude que provocou o afastamento definitivo do grupo ‘ortodoxo’, como João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, os quais fundaram, em fevereiro de 1962, o Partido Comunista do Brasil, o PC do B. Esse novo partido, porém, atrairia poucos adeptos. Em seu programa, retomou a concepção da conquista de um governo popular pela via da violência revolucionária.(GORENDER, 1987, p.34)

Por sua vez, o PCB irá pressionar nos próximos anos fortemente o governo Goulart para a realização efetiva e imediata das Reformas de Base e demais propostas, através da mobilização dos trabalhadores.²⁹ Indisposto pelas hesitações do governo, o PCB torna-se cada

²⁹ Deve-se compreender que, como coloca Daniel Aarão Reis Filho (1989, p.32) o caminho pacífico da revolução nunca significou uma atitude socialmente passiva, “os trabalhadores eram chamados a participar com energia e decisão de lutas sociais destinadas a quebrar a resistência das ‘forças entreguistas e reacionárias’”. Havia,

vez mais crítico com o que via enquanto ‘política de conciliação e entreguismo’ do Presidente, e, em especial, com o Congresso, visto como entrave maior no desencadear das reformas. Falava-se internamente ao partido sobre o “reboquismo” das classes populares com respeito a Goulart. Crescem as ambiguidades do PCB. Para a implementação das reformas, sobretudo a agrária, métodos ilegais e violentos passam a ser ponderados como uma possibilidade, com a adoção das palavras de ordem ‘Reforma Agrária na lei ou na marra’.³⁰

Porém, mantinha-se, ao mesmo tempo, o foco na via governamental, nas tratativas com o governo Goulart. Pensou-se em passar por cima do Congresso, considerado um centro de representação das forças retrógradas do país, onde o presidente da República, no uso de suas atribuições, impusesse diretamente as reformas, com apoio popular e militar, mas dentro dos marcos do regime democrático. (PANDOLFI, 1995:194). A vinculação do líder do Partido e com Goulart, em vésperas do golpe, é lembrada por Gorender (1987, p. 60),

(...) a 3 de janeiro [1964], Prestes antecipou publicamente a ideia continuísta do segundo mandato presidencial de Jango e sugeriu a reforma constitucional para este fim. Açodamento que não escondia o quanto o poder parecia próximo ao secretário-geral. Não podia estar mais próximo e seguro, uma vez que o PCB tinha um aliado no próprio Presidente da República.

Apostando, assim, que se poderiam forçar os limites institucionais, a cúpula dominante do PCB não se preparou para o golpe e nem organizou uma resistência. Nas discussões que antecederam ao VI Congresso do PCB, nas proximidades do golpe, levantou-se a opção da luta armada para acelerar a revolução se necessário, mas o caminho pacífico ainda era visto preponderantemente como a via preferencial. Mesmo quando se refletia sobre as garantias de permanência do regime em meio às pressões conservadoras, sua defesa era pensada como uma ação de parte fiel do Exército brasileiro.

Após o golpe, pulverizado o partido e expulsos os descontentes, os dirigentes do PCB mantiveram a orientação de que o socialismo realizar-se-ia no Brasil pela revolução nacional-

contudo, limites que não se deveriam ultrapassar. Em nenhuma hipótese seria aconselhável romper a unidade com a burguesia nacional.”

³⁰ Assim Daniel Aarão Reis Filho (1989:34) descreve as posições do PCB, “as sucessivas decepções não liquidavam as esperanças em um governo nacionalista e democrático. Tratava-se de lutar por sua instauração – através da denúncia das vacilações de Jango e do estímulo à pressão das ‘massas’ . As conclamações agressivas iam num crescendo... Já se anunciava que as reformas poderiam vir com sangue... os comunistas não desistiam formalmente do caminho pacífico, mas já estimulavam enfrentamentos armados, tomadas de terra” , mas, “o PCB mantinha as expectativas: Jango teria que optar pelas reformas. E foi exatamente por isso que resolveram participar de conversações com emissários do governo.”

democrática como primeiro passo, pelo caminho eleitoral pela via negociada. As teses de que teria sido o radicalismo das esquerdas, em especial do PCB, definitivo para precipitar a reação golpista da direita saem vencedoras. Haveria faltado moderação ao partido, ao pressionar Jango a tal ponto de promover a ruptura constitucional, fazendo com o que o próprio Presidente passasse a uma radicalização. (PANDOLFI, 1995, p.196-7; 200).

Compreende-se, nesse contexto dos anos de 1960, que os Grupos de Onze não se adequariam exatamente ao PCB, entre outros fatores porque o partido jamais abdicou de liderar o movimento popular com vista a avançar o processo revolucionário em meio à multiplicação de agremiações e partidos de esquerda concorrentes, entre eles a ala radicalizada do PTB sob comando de Brizola. Submeter-se a uma direção supostamente revolucionária alheia não aparecia como algo plausível, pelo menos não à ala prestista. Mesmo que a orientação fosse compor uma frente ampla com todas as forças progressistas, com a finalidade de realizar a etapa nacional e democrática da revolução, a condução do processo deveria caber ao PCB.³¹ As relações do Partido se davam, aliás, cada vez mais diretamente com Goulart, para além das outras agremiações de esquerda.³²

Por outro lado, tal postura devia atrapalhar um tanto quanto os planos brizolistas de arregimentação popular dado que, embora dividido e questionado, o PCB obtivera significativa presença no movimento sindical, urbano e rural, com seus quadros em cargos dirigentes nos principais sindicatos do país, como o CGT. O PCB também se mostrava presente nas organizações do campesinato, exercendo influência em 21 das 42 federações de trabalhadores rurais, com a primeira diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Ainda, no meio estudantil o PCB encontrava adesão substancial. Assim, a concorrência do PCB pregando um outro viés de comportamento não oportunizava alguma forma de colaboração.

Bibliografia:

BALDISSERA, Marli de Almeida. *Onde estão os Grupos de Onze? Os comandos nacionalistas na região do Alto Uruguai – RS*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005.

³¹ No V Congresso o PCB retomara o pressuposto da hegemonia proletária na Frente Unida sob liderança do PCB, “somente o proletariado, sob direção do seu Partido seria capaz de ‘levar até o fim’ a revolução nacional e democrática.” REIS FILHO, Daniel. Aarão Reis (1989, p. 5)

³² Ou ainda como coloca Pandolfi (1995 p.192), “diante de tamanha competição, a tendência era radicalizar o discurso e incentivar o movimento popular para fazer avançar o processo revolucionário, cuja direção caberia, naturalmente, ao PCB.”

BEZERRA, Gregório. Depoimento concedido em 21 de julho de 1983. In: MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64*. 3 ed. SP: Expressão Popular, 2011.

BRANDALISE, Carla. ; HARRES, Marluza Marques. Comandos Nacionalistas no interior do Rio Grande do Sul: notas preliminares. *Historiae*, v. 5, 2014. p. 67-86.

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. Os Comandos Nacionalistas: estratégias de Leonel de Moura Brizola. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *História do Tempo presente*. RJ: FGV, 2014. P. 173-193

BRIZOLA, Leonel de Moura. Discurso de Leonel Brizola no comício da Central do Brasil (13 de março de 1964). Disponível: <http://brasilrepublicano.com.br/fontes/11.pdf> Acesso em [10/01/2015](#).

BRIZOLA, Leonel de Moura. Discurso proferido pelo deputado Leonel Brizola, Câmara dos Deputados, sessão plenária, 18 de abril de 1963. In: DALL' AGNOL, Flávio. *Brizola: esperança de um povo*. Porto Alegre: EPECÊ Gráfica, 1979.

BRIZOLA, Leonel de Moura. Perfil, discursos, depoimentos (1922-2004). In: BRAGA, Kenny. *Perfis parlamentares*. PoA: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2004.

BRIZOLA, Leonel. Discurso proferido pelo deputado Leonel Brizola, Câmara dos Deputados, sessão plenária, 18 de abril de 1963. In: DALL' AGNOL, Flávio. *Brizola: esperança de um povo*. Porto Alegre: EPECÊ Gráfica, 1979.

BRIZOLA, Leonel. Organização dos "Grupos de Onze Companheiros" ou "Comandos Nacionalistas" . Defesa das conquistas democráticas do povo brasileiro. Reformas imediatas. Libertação nacional. Rio de Janeiro, 1963. Arquivo CD-AIB/PRP. (Porto Alegre).

CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil*. Vol. II. SP: Difel, 1981.

CORRÊA, Hércules. Depoimento (s/d) In: MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64*. 3 ed. SP: Expressão Popular, 2011.

CORRÊA, Hércules. Entrevista ao "Caderno Especial" do Jornal do Brasil (29/7/1979), sob o título "O PCB encara a democracia" . Disponível em <http://gilvanmelo.blogspot.com.br/2008/10/homenagem-ao-ex-lder-comunista-hrcules.html>. Acesso: 15/01/2015.

FELIZARDO, Joaquim. *A Legalidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

FERREIRA MORAES, Marieta. *A Força do Povo: Brizola e o Rio de Janeiro*. (Org.) FERREIRA, Marieta de Moraes. Rio de Janeiro: Alerj-Fundação Getúlio Vargas – CPDOC, 2008.

FERREIRA, Jorge. A estratégia de confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*. SP, V. 24, n° 47, 2004.

FERREIRA, Jorge. Brizola em Panfleto: as ideias de Leonel Brizola nos últimos dias do Governo de João Goulart. *Projeto História*, São Paulo, n.36, p. 103-122, jun. 2008.

FERREIRA, Jorge. Panfleto - as esquerdas e o "jornal do homem da rua. *Varia*, vol. 26, no. 44, 2010

Gláucio Soares. *A democracia interrompida*. RJ: FGV, 2001.

GORENDER, Jacob. *Combate às trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. SP: Ática, 1987.

KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. RJ: Graal, 1980.

LEITE FILHO, FC. *El Caudilho: Leonel Brizola, um perfil biográfico*. SP: Aquariana, 2008.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. 1961. *Que as armas não falem*. São Paulo: Senac, 2001.

LABAKI, Almir. *1961: a crise da renúncia e a solução parlamentarista*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FERREIRA, Jorge. A Legalidade traída: os dias sombrios de agosto a setembro de 1961. In: *O Imaginário Trabalhista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MONIZ BANDEIRA. *Brizola e o Trabalhismo*. RJ: Civilização Brasileira, 1979.

MOTTA, Marly. Carisma, memória e cultura política: Carlos Lacerda e Leonel Brizola na política do Rio de Janeiro. *Locus*. V.7, n.2, 2001. P. 73-84.

NEIVA MOREIRA. *O pilão da madrugada: um depoimento a José Louzeiro*. RJ: Terceiro Mundo, 1989.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB*. RJ: Relume-Dumará, 1995.

PRESTES, Luiz Carlos. Depoimento concedido em 09 de agosto de 1983. In: MORAES, Dênis. *A esquerda e o golpe de 64*. 3 ed. SP: Expressão Popular, 2011.

PRESTES, Luiz Carlos. Depoimento concedido entre maio e dezembro de 1981. In: MORAES, Dênis e VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. 3º ed. RJ: MAUAD, 1997.

PRESTES, Luiz Carlos. *Porque os comunistas apoiam Lott e Jango*. Editorial Vitória, 1960.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita In: FERREIRA, Jorge (Org.) *O populismo e sua história*. RJ: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. SP: Brasiliense, 1989.

SEGATTO, José Antônio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO NEVES, Lucília (org.) *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Vol. 3. RJ: Civilização. Brasileira, 2008.

SILVEIRA, Norberto. *Reportagem da Legalidade*. Porto Alegre: NS Assessoria em Comunicação, 1991.

SZATKOSKI, Elenice. *O jornal Panfleto e a construção do Brizolismo*. Tese de doutorado. PUC-RS, 2008.

SZATKOSKI, Elenice. *Os Grupos dos 11: uma insurreição reprimida*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2003.

TALARICO, José Gomes. (depoimento, 1978/1979). Rio de Janeiro, CPDOC, 1982. 156 p. dat. Disponível: http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista156_1.pdf Acesso: 10/01/2015

TEIXEIRA DA SILVA, Fernando e SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o Partido da Classe Operária (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge e REAIS FILHO, Daniel Aarão. *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Vol. 2. RJ: Civilização Brasileira, 2007.

Recebido em 28.02.2015 – aprovado em 14.09.2015